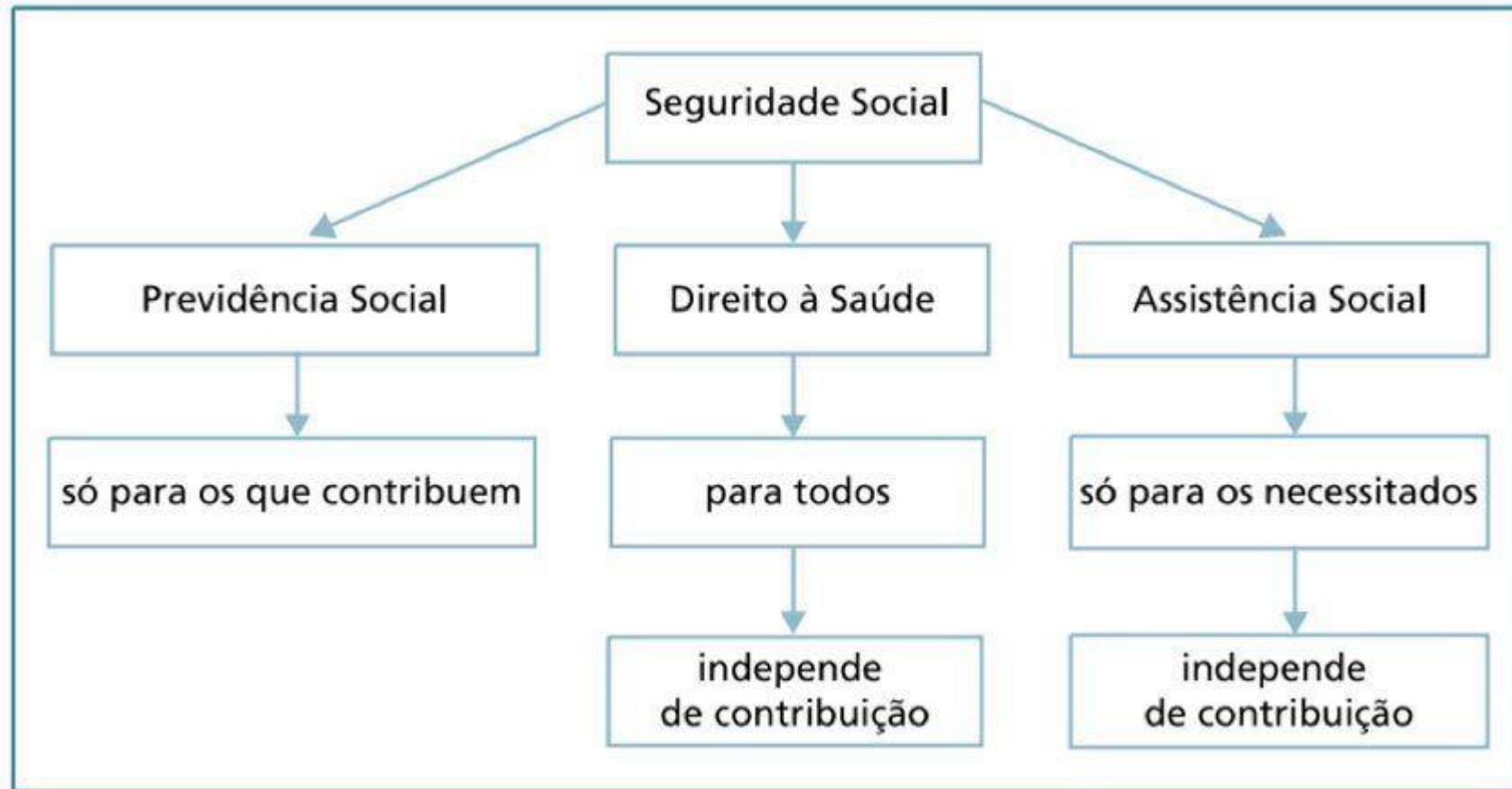


Reforma da Previdência Municipal dos Servidores Públicos de Mafra/SC

**REFORMAR PARA ASSEGURAR
O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS
PARA ESTA E PARA AS
PRÓXIMAS GERAÇÕES**



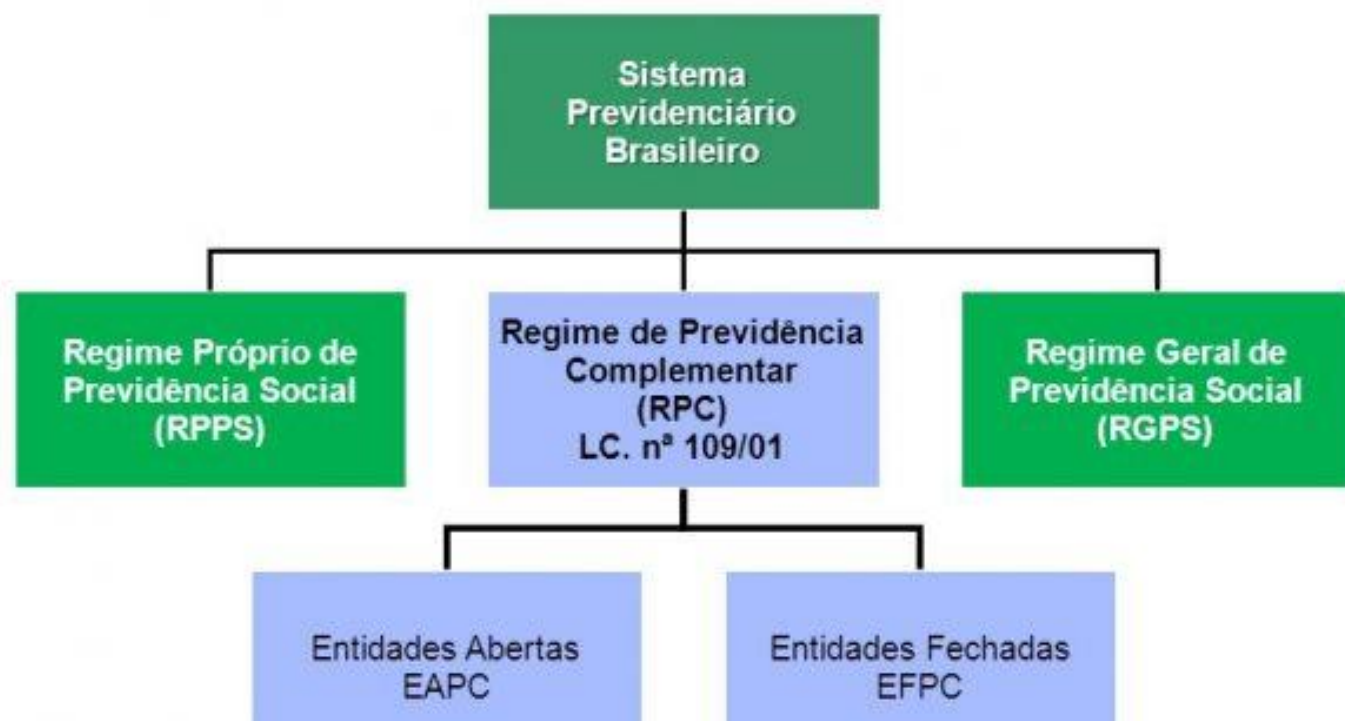
O TRIPÉ DA SEGURIDADE SOCIAL



- Imagem: <https://thayseabreu.jusbrasil.com.br/artigos/652307304/noco-es-de-seguridade-social>

RGPS, RPPS e RPC

O Sistema de Previdência no Brasil



► Imagem: <http://sindservsv.com.br/>

O RPPS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- ▶ Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá **caráter contributivo e solidário**, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, **observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial**.
- ▶ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Equilíbrio Financeiro e Atuarial

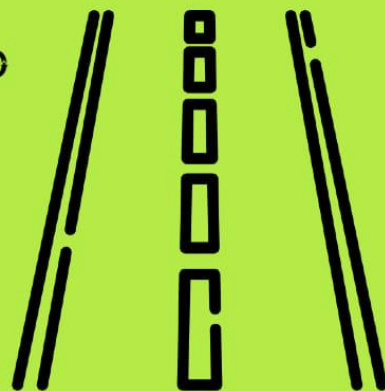


Equilíbrio Financeiro (curto prazo)

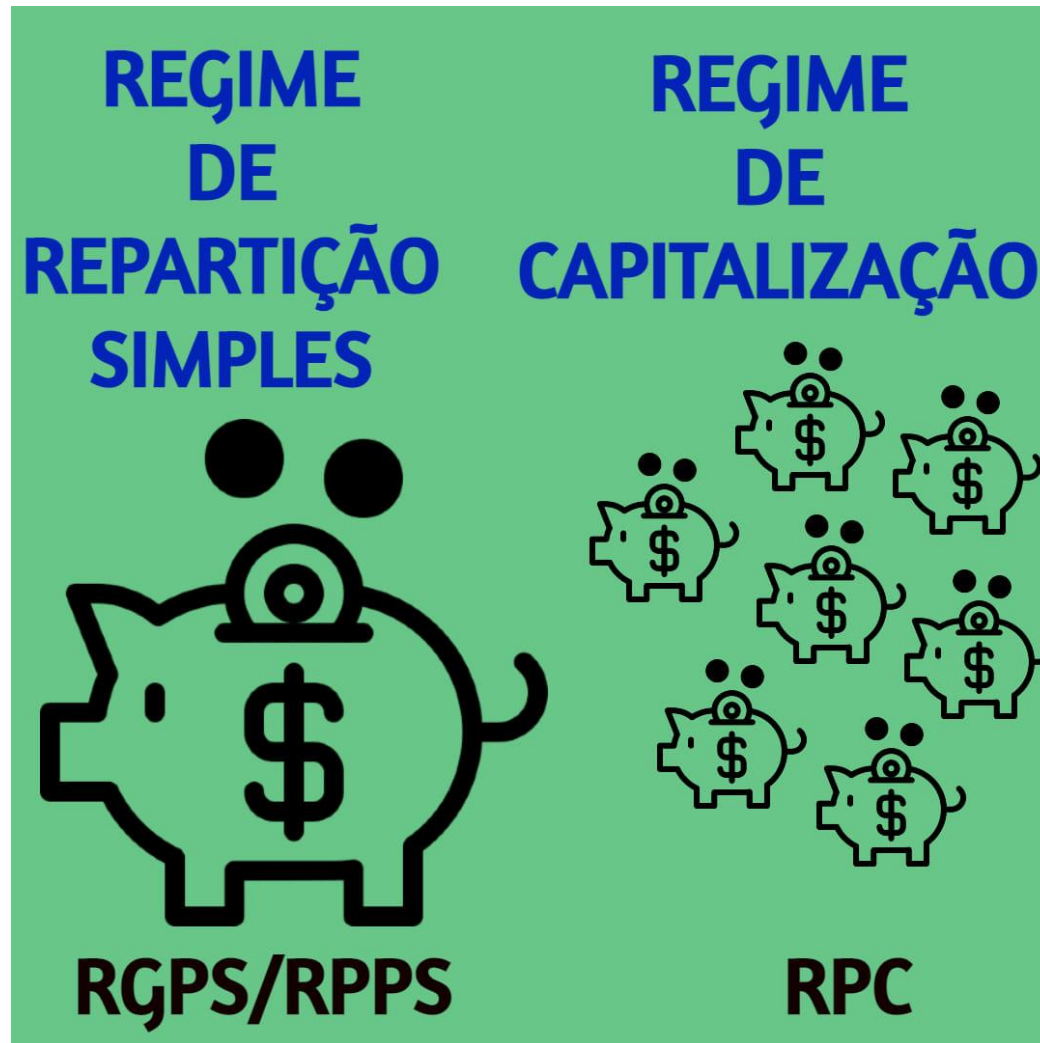
As receitas previdenciárias
devem ser suficientes para
pagar as despesas
previdenciárias dentro do
exercício financeiro
(um ano).

Equilíbrio Atuarial (longo prazo)

Projeção de que os ativos serão
suficientes para pagar as
obrigações do RPPS no longo
prazo (30 anos p. ex.) com
benefícios já concedidos e a
conceder.

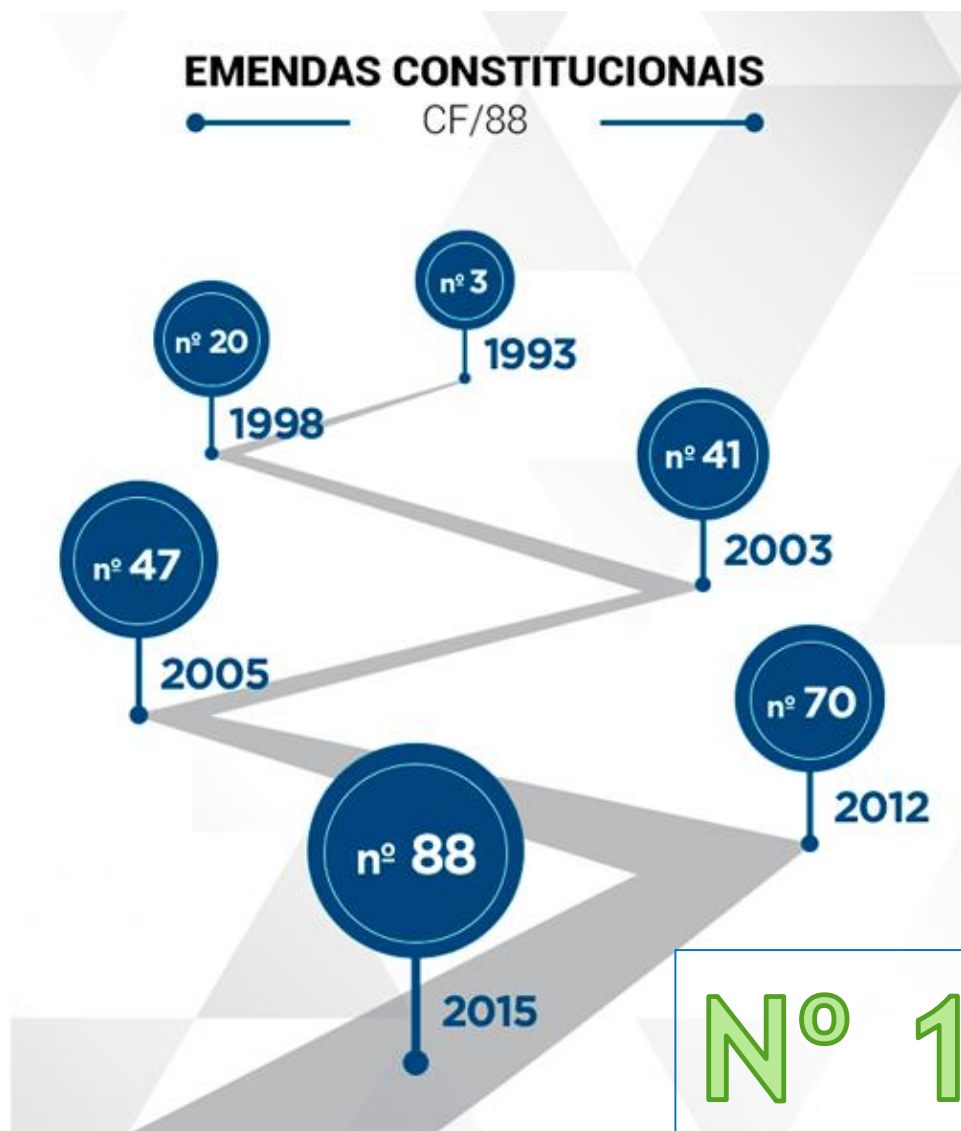


Regimes de Financiamento da Previdência



Reformas...

“Consertando um carro em movimento”



Tempo de Serviço x Tempo de Contribuição

_____ - Assinatura autoridade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 105 - O funcionário que não desejar usufruir o direito a licença-prêmio, ficará, para todos os efeitos legais, com o seu acervo de serviço acrescido do dobro do tempo da licença não gozada.

§ 1º - O período de aquisição do direito à licença-prêmio contar-se-á a partir da data de ingresso do servidor no serviço público municipal.

§ 2º - Os quinquênios completos até a data de promulga-
ção deste Estatuto serão computados, apenas, para efeito de conta-
gem em dobro.

Estatuto Servidor de Mafra - 1990

Art. 54 - O funcionário efetivo será aposentado a pedido :

- I - com proventos correspondentes ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo;
- II - se houver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada, no nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses.



EC 20/1998 - Proibição de tempo de contribuição fictício

- ▶ § 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

Os RPPSs no Brasil

3. Divisão dos RPPS em Grupos

De acordo com o IBGE, o país está dividido em 5.570 municípios⁹, sendo que 38% possuíam RPPS dando cobertura previdenciária a seus servidores públicos titulares de cargos efetivos, conforme as legislações encaminhadas pelos entes federativos à SPREV e registradas no CADPREV até 31 de julho de 2020. Registre-se que o § 22 do art. 40 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, vedou a instituição de novos RPPS.

Tabela 1: Quantidade de municípios com e sem RPPS e percentual de municípios com RPPS por região geográfica

REGIÃO	SEM RPPS	COM RPPS EM FUNCIONAMENTO		TOTAL GERAL
		TOTAL	% DO TOTAL	
CO	139	327	70,2%	466
N	332	118	26,2%	450
NE	1.243	550	30,7%	1.793
S	613	578	48,5%	1.192
SE	1.114	554	33,2%	1.669
BRASIL	3.441	2.127	38,2%	5.570

Expectativa de Vida

[Home](#)[Notícias](#)[Sala de imprensa](#)[Comunicados](#)[Minuto IBGE](#)[Lentes.doc](#)[Próximas divulgações](#)

Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos

Editoria: **Estatísticas Sociais**



26/11/2020 10h00 | Atualizado em 26/11/2020 11h08

Uma pessoa nascida no Brasil em 2019 tinha expectativa de viver, em média, até os 76,6 anos. Isso representa um aumento de três meses em relação a 2018 (76,3 anos). A expectativa de vida dos homens passou de 72,8 para 73,1 anos e a das mulheres foi de 79,9 para 80,1 anos.

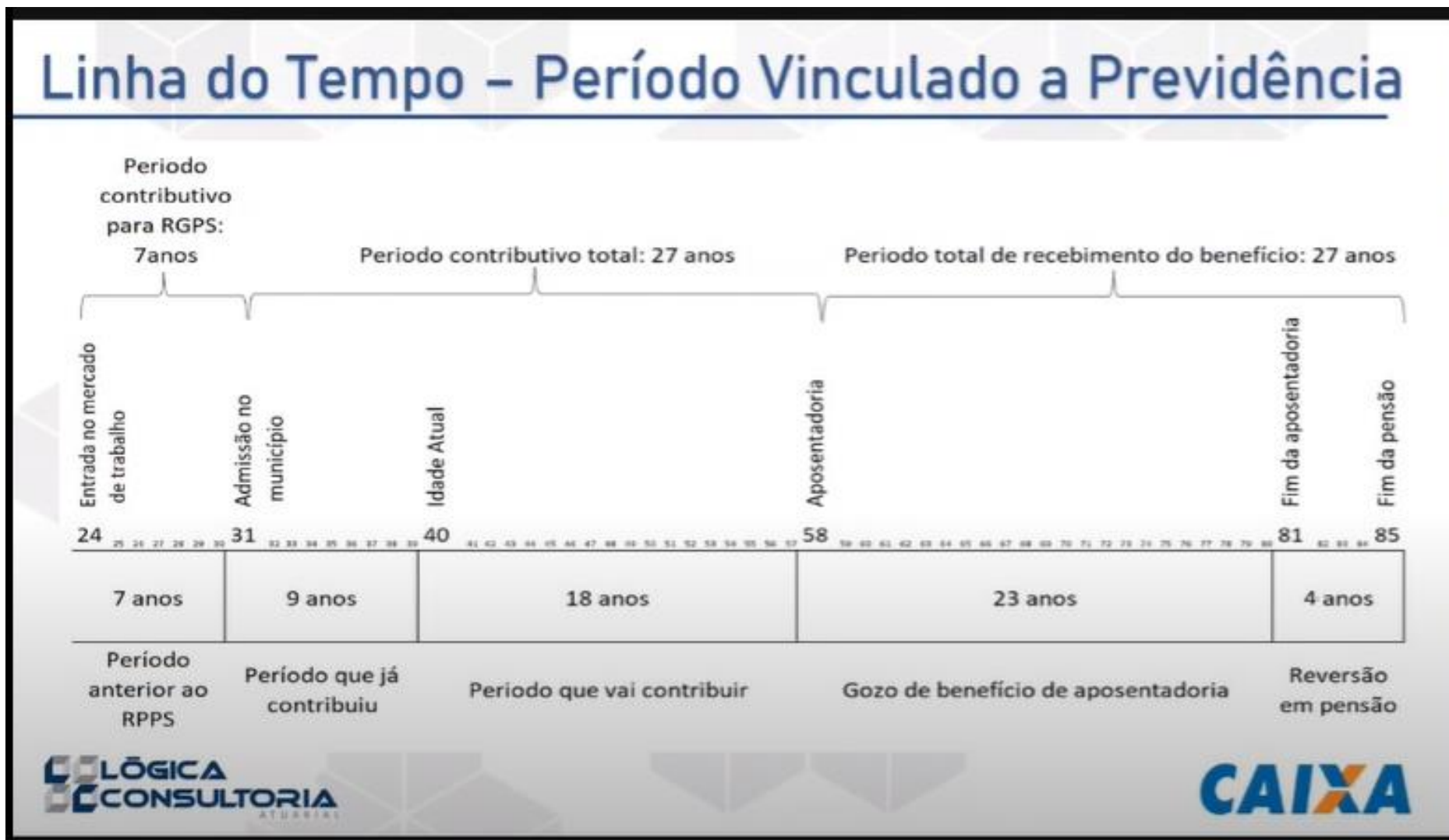
A probabilidade de um recém-nascido não completar o primeiro ano de vida era de 11,9 para cada mil nascimentos, ficando abaixo da taxa de 2018 (12,4). Essa caiu 91,9% desde 1940, quando chegava a 146,6 óbitos por mil nascimentos.

“Entre as unidades da federação, a maior expectativa de vida foi verificada em Santa Catarina (79,9 anos), com 3,3 anos acima da média nacional...”

Expectativas de vida em idades exatas, variação em ano do período e tempo médio de vida- Brasil - 1940/2019											
Idade	Expectativas de Vida						Variação (em anos) 1940/2019			Tempo Médio de Vida - Ambos os Sexos	
	1940			2019							
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	1940	2019
0	45,5	42,9	48,3	76,6	73,1	80,1	31,1	30,2	31,8	45,5	76,6
1	52,2	49,7	54,9	76,5	73,0	80,0	24,2	23,3	25,1	53,2	77,5
5	52,5	49,7	55,3	72,6	69,2	76,1	20,2	19,5	20,8	57,5	77,6
10	48,3	45,5	51,1	67,7	64,3	71,2	19,5	18,7	20,1	58,3	77,7
15	43,8	41,1	46,6	62,8	59,4	66,3	19,0	18,3	19,7	58,8	77,8
20	39,6	36,9	42,5	58,1	54,8	61,4	18,5	17,9	18,9	59,6	78,1
25	36,0	33,3	38,8	53,5	50,4	56,5	17,5	17,1	17,8	61,0	78,5
30	32,4	29,7	35,2	48,9	46,0	51,7	16,4	16,2	16,5	62,4	78,9
35	29,0	26,3	31,6	44,3	41,5	46,9	15,3	15,2	15,3	64,0	79,3
40	25,5	23,0	28,0	39,7	37,1	42,2	14,1	14,0	14,2	65,5	79,7
45	22,3	19,9	24,5	35,2	32,7	37,5	12,9	12,8	13,0	67,3	80,2
50	19,1	16,9	21,0	30,8	28,5	33,0	11,8	11,6	12,0	69,1	80,8
55	16,0	14,1	17,7	26,7	24,5	28,6	10,6	10,4	11,0	71,0	81,7
60	13,2	11,6	14,5	22,7	20,7	24,4	9,5	9,1	10,0	73,2	82,7
65	10,6	9,3	11,5	18,9	17,2	20,4	8,4	7,8	8,9	75,6	83,9
70	8,1	7,2	8,7	15,5	13,9	16,7	7,3	6,7	8,0	78,1	85,5
75	6,0	5,4	6,3	12,4	11,1	13,4	6,4	5,6	7,0	81,0	87,4
80 anos ou +	4,3	4,0	4,5	9,7	8,7	10,5	5,5	4,6	6,0		
Fontes: 1940 - Tábuas construídas no âmbito da Gerencia de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. 2019 - IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2010-2060.											

Expectativa de Sobrevida

“Linha do Tempo” do Servidor



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=xLg34lOa5eY>

Emenda Constitucional 103/2019

“Reforma da Previdência Nacional”

- ▶ Alterações de regras para o Regime Geral (INSS)
- ▶ Alterações de regras para os servidores públicos federais
- ▶ Adequação de alíquota de contribuição previdenciária do servidor vinculado a RPPS (“aumento da alíquota para 14%”)
- ▶ Limitação do rol de benefícios dos RPPSs a aposentadorias e pensões
- ▶ Obrigatoriedade de que entes federativos com RPPSs criem a Previdência Complementar, a partir da qual os benefícios dos regimes próprios estarão limitados ao teto do INSS (R\$ 6.433,57) para os novos servidores
- ▶ Diretrizes para RPPSs, como possibilidade de cobrança de aposentados e pensionistas, a partir de 1 salário mínimo, quando houver déficit atuarial

Aplicação da EC 103/2019 em Mafra

- ▶ DECRETO N° 4.274, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020
- ▶ (Limitação dos benefícios do IPMM a apenas aposentadorias e pensões)
- ▶ LEI MUNICIPAL N° 4.514, de 12 DE FEVEREIRO DE 2021
- ▶ (Adequação da alíquota previdenciária do servidor para 14%)

Estados e Municípios “não entraram” na reforma nacional (emenda 103/2019)



Institucional



Congresso



Comunicação



Áreas Técnicas

Novo



Biblioteca



Municípios



Contato



Conteúdo Exclusivo



Home / Comunicação / Reforma da Previdência: CCJ vota nesta quarta inclusão de Estados e Municípios; matéria pode ir diretamente a Plenário

Notícias

04/09/2019

Compartilhe esta notícia:



Reforma da Previdência: CCJ vota nesta quarta inclusão de Estados e Municípios; matéria pode ir diretamente a Plenário



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota na manhã desta quarta-feira, 04 de setembro, a Proposta de Emenda à Constituição 06/2019, que trata da Reforma da Previdência. A inclusão de Estados e Municípios no texto vai ocorrer por meio de PEC paralela, que também deve ser votada hoje. De acordo com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a matéria deve seguir diretamente para o Plenário.

A medida, de acordo com ele, foi possível após acordo entre lideranças partidárias que permitiu a quebra do prazo de 30 dias antes da votação inicial do texto na comissão. “Vamos ganhar 30 dias de discussão na matéria. A celeridade dessa proposta e a tramitação dela praticamente em conjunto com a PEC principal só vai ser possível porque nessa construção com todos os líderes, do governo, da oposição, dos partidos independentes, houve o diálogo e o entendimento”, afirmou.

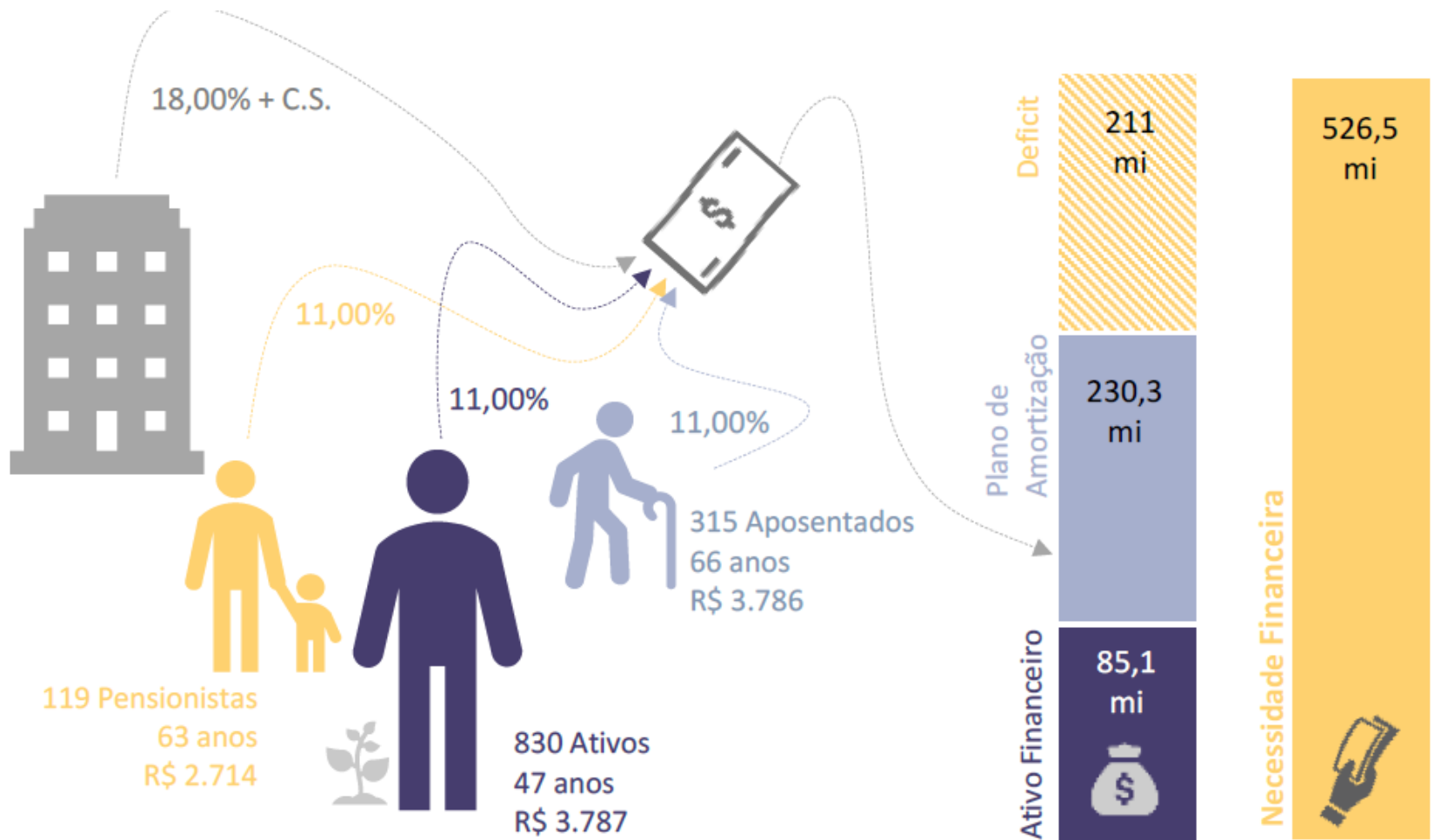
Recomendação do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS)

- ▶ ... considerando que, com a promulgação da EC 103, de 2019, a legislação de cada ente federativo poderá estabelecer regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadorias e pensões por morte para o seu RPPS;
- ▶ ...
- ▶ considerando que o planejamento e a gestão previdenciária, no que se refere ao equilíbrio financeiro e atuarial, se não bem direcionados, afetarão a capacidade do ente federativo desenvolver outras políticas públicas de relevo, e ameaçarão também a garantia do correto e pontual pagamento de todas as aposentadorias e pensões de responsabilidade do regime previdenciário;
- ▶ ...
- ▶ **Recomendar aos entes federativos que adotem providências relacionadas à discussão e aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.**

Fonte: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/recomendacao-cnrpps/mtp-n-2-de-19-de-agosto-de-2021-340728702>

Situação atuarial do RPPS de Mafra/SC

Ano base 2020



Fonte: Avaliação Atuarial IPMM 2021.

TABELA 11. PROVISÕES MATEMÁTICAS E RESULTADO ATUARIAL

Resultados	Geração atual
Ativos Garantidores dos Compromissos (1)	R\$ 85.132.402,84
Aplicações e Recursos - DAIR	R\$ 40.388.830,24
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 44.743.572,60
Provisão Matemática (2 = 3 + 4 - 5)	R\$ 296.105.373,27
Benefícios Concedidos (3)	R\$ 222.710.166,78
Benefícios do Plano	R\$ 228.595.300,82
Contribuições do Ente (-)	R\$ 0,00
Contribuições do Inativo (-)	R\$ 1.981.444,38
Contribuições do Pensionista (-)	R\$ 428.279,38
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 3.475.410,28
Benefícios a Conceder (4)	R\$ 303.740.538,91
Benefícios do Plano	R\$ 429.990.510,36
Contribuições do Ente (-)	R\$ 50.066.309,72
Contribuições do Ativo (-)	R\$ 37.484.515,80
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 38.699.145,93
Plano de Amortização Vigente (5)	R\$ 230.345.332,42
Outros Créditos (-)	R\$ 230.345.332,42
Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)	-R\$ 210.972.970,43

TABELA 27. PRAZO REMANESCENTE – APORTES

Ano	Saldo devedor	Juros	Parcela anual	Parcela anual sobre a folha*	Parcela mensal (Aporte)
2021	R\$ 441.318.302,85	R\$ 23.831.188,35	R\$ 5.105.097,95	12,06%	R\$ 425.424,83
2022	R\$ 460.044.393,25	R\$ 24.842.397,24	R\$ 8.280.799,08	18,90%	R\$ 690.066,59
2023	R\$ 476.605.991,41	R\$ 25.736.723,54	R\$ 17.157.815,69	37,80%	R\$ 1.429.817,97
2024	R\$ 485.184.899,25	R\$ 26.199.984,56	R\$ 35.156.795,30	74,80%	R\$ 2.929.732,94
2025	R\$ 476.228.088,51	R\$ 25.716.316,78	R\$ 35.156.795,30	72,22%	R\$ 2.929.732,94
2026	R\$ 466.787.609,99	R\$ 25.206.530,94	R\$ 35.156.795,30	69,74%	R\$ 2.929.732,94
2027	R\$ 456.837.345,64	R\$ 24.669.216,66	R\$ 35.156.795,30	67,34%	R\$ 2.929.732,94
2028	R\$ 446.349.767,00	R\$ 24.102.887,42	R\$ 35.156.795,30	65,02%	R\$ 2.929.732,94
2029	R\$ 435.295.859,12	R\$ 23.505.976,39	R\$ 35.156.795,30	62,78%	R\$ 2.929.732,94
2030	R\$ 423.645.040,21	R\$ 22.876.832,17	R\$ 35.156.795,30	60,62%	R\$ 2.929.732,94
2031	R\$ 411.365.077,09	R\$ 22.213.714,16	R\$ 35.156.795,30	58,54%	R\$ 2.929.732,94
2032	R\$ 398.421.995,95	R\$ 21.514.787,78	R\$ 35.156.795,30	56,52%	R\$ 2.929.732,94
2033	R\$ 384.779.988,43	R\$ 20.778.119,38	R\$ 35.156.795,30	54,58%	R\$ 2.929.732,94
2034	R\$ 370.401.312,51	R\$ 20.001.670,88	R\$ 35.156.795,30	52,70%	R\$ 2.929.732,94
2035	R\$ 355.246.188,08	R\$ 19.183.294,16	R\$ 35.156.795,30	50,88%	R\$ 2.929.732,94
2036	R\$ 339.272.686,94	R\$ 18.320.725,09	R\$ 35.156.795,30	49,13%	R\$ 2.929.732,94
2037	R\$ 322.436.616,74	R\$ 17.411.577,30	R\$ 35.156.795,30	47,44%	R\$ 2.929.732,94
2038	R\$ 304.691.398,74	R\$ 16.453.335,53	R\$ 35.156.795,30	45,81%	R\$ 2.929.732,94
2039	R\$ 285.987.938,98	R\$ 15.443.348,70	R\$ 35.156.795,30	44,23%	R\$ 2.929.732,94
2040	R\$ 266.274.492,38	R\$ 14.378.822,59	R\$ 35.156.795,30	42,71%	R\$ 2.929.732,94
2041	R\$ 245.496.519,67	R\$ 13.256.812,06	R\$ 35.156.795,30	41,24%	R\$ 2.929.732,94
2042	R\$ 223.596.536,44	R\$ 12.074.212,97	R\$ 35.156.795,30	39,82%	R\$ 2.929.732,94
2043	R\$ 200.513.954,10	R\$ 10.827.753,52	R\$ 35.156.795,30	38,45%	R\$ 2.929.732,94
2044	R\$ 176.184.912,33	R\$ 9.513.985,27	R\$ 35.156.795,30	37,13%	R\$ 2.929.732,94
2045	R\$ 150.542.102,29	R\$ 8.129.273,52	R\$ 35.156.795,30	35,85%	R\$ 2.929.732,94
2046	R\$ 123.514.580,52	R\$ 6.669.787,35	R\$ 35.156.795,30	34,62%	R\$ 2.929.732,94
2047	R\$ 95.027.572,57	R\$ 5.131.488,92	R\$ 35.156.795,30	33,43%	R\$ 2.929.732,94
2048	R\$ 65.002.266,19	R\$ 3.510.122,37	R\$ 35.156.795,30	32,28%	R\$ 2.929.732,94
2049	R\$ 33.355.593,26	R\$ 1.801.202,04	R\$ 35.156.795,30	31,17%	R\$ 2.929.732,94
2050	R\$ 0,00				

Maфра terá orçamento de R\$ 205 milhões para 2021

Por **Gazeta de Riomaфра** - 10/12/2020



A Câmara de Maфра aprovou a receita orçamentária do município para o próximo ano. O prefeito Welligton Bielecki sancionou e publicou na data de ontem a lei nº 4506/2020 que estima o orçamento do município no valor de R\$ 205.332.827,88 que é menor que o deste ano, devido a pandemia que é de R\$ 233.894,200,00.

O valor para o próximo ano será dividida em dois orçamentos: Orçamento Fiscal que terá o valor de R\$ 136.206.570,88 e o Orçamento da Seguridade Social com o valor de R\$ 69.1 26.248,00.

A Educação ficará com a maior fatia do orçamento: R\$ 55.220.893,00, seguido pela Saúde que terá R\$ 42.020.98,00. O Instituto de Previdência (IPMM) ficará com R\$ 22.562.000,00. A Câmara de Vereadores terá um repasse de R\$ 6.988.579,94

<https://www.clickriomaфра.com.br/noticias/maфра/maфра-a-tera-orcamento-de-r-205-milhoes-para-2021/>

Veja com quanto cada Categoria e Secretaria

conta

A realidade mensal do IPMM

REPASSES 07/2021 - VALORES JÁ PAGOS AO IPMM		
Prefeitura		
Plano de Benefícios		
Contribuição Servidor 14%	R\$	413.146,73
Contribuição Patronal 16%	R\$	471.319,44
Parcelamentos	R\$	464.691,18
Aluguel Centro de Serviços - 07/2021	R\$	9.560,34
Subtotal	R\$	1.358.717,69
Taxa de Administração		
Taxa 2%	R\$	89.762,91
Parcelamento	R\$	23.431,87
Subtotal	R\$	113.194,78
Total repassado Julho/2021		R\$ 1.471.912,47

A realidade mensal do IPMM

Câmara		
Plano de Benefícios		
Contribuição Servidor 14%	R\$	4.244,60
Contribuição Patronal 16%	R\$	4.851,02
Taxa de Administração		
Taxa 2%	R\$	606,37
Total repassado Julho/2021	R\$	9.701,99
Plassma		
Plano de Benefícios		
Contribuição Servidor 14%	R\$	2.541,26
Contribuição Patronal 16%	R\$	2.904,30
Taxa de Administração		
Taxa 2%	R\$	363,04
Total repassado Julho/2021	R\$	5.808,60

A realidade mensal do IPMM

IPMM		
Plano de Benefícios		
Contribuição Servidor 14%	R\$	1.504,38
Contribuição Patronal 16%	R\$	1.719,29
Contribuição Aposentados 14%*	R\$	14.456,33
Contribuição Pensionistas 14%*	R\$	4.035,61
Total repassado Julho/2021	R\$	21.715,61
* Acima do teto do INSS (R\$ 6.433,57)		
OUTRAS RECEITAS		
Compensação Previdenciária INSS	R\$	22.763,87
Contribuição TJSC (ações judiciais)	R\$	3.227,70
TOTAL RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$	1.402.474,11
TOTAL FOLHA PAGAMENTO - JUL/21	R\$	1.584.615,96



TABELA 1. RESULTADOS ATUARIAIS COM A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Descrição	Cenário 1 Reforma (com taxa��o de benefícios a partir do teto do INSS)	Cenário 2 Reforma (com taxa��o de benefícios a partir de dois salários-mínimos)
Ativos Garantidores dos Compromissos (1)	R\$ 85.132.402,84	R\$ 85.132.402,84
Aplicações e Recursos - DAIR	R\$ 40.388.830,24	R\$ 40.388.830,24
Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 44.743.572,60	R\$ 44.743.572,60
Provisão Matemática (2 = 3 + 4 - 5)	R\$ 393.584.136,39	R\$ 393.584.136,39
Benefícios Concedidos (3)	R\$ 215.968.511,42	R\$ 203.867.258,29
Benefícios do Plano	R\$ 222.510.842,85	R\$ 222.510.842,85
Contribui��es do Ente (-)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribui��es do Inativo (-)	R\$ 2.521.838,30	R\$ 12.964.808,53
Contribui��es do Pensionista (-)	R\$ 545.082,85	R\$ 2.203.365,75
Compens��o Previdenciária (-)	R\$ 3.475.410,28	R\$ 3.475.410,28
Benefícios a Conceder (4)	R\$ 208.853.266,47	R\$ 189.716.878,10
Benefícios do Plano	R\$ 367.269.049,83	R\$ 367.269.049,83
Contribuições do Ente (-)	R\$ 67.253.774,41	R\$ 67.253.774,41
Contribuições do Ativo (-)	R\$ 58.107.794,47	R\$ 77.244.182,84
Compens��o Previdenciária (-)	R\$ 33.054.214,48	R\$ 33.054.214,48
Plano de Amortização Vigente (5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Créditos (-)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)	-R\$ 339.689.375,05	-R\$ 308.451.733,55

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR EXECUTIVO Nº 0016/2021

Seção V Dos Benefícios Previdenciários

Art. 11 O Regime de Previdência Social do Servidor do Município de Mafra possui o seguinte rol de benefícios previdenciários aos seus segurados e respectivos dependentes:

I - Quanto aos segurados:

- a) aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
- b) aposentadorias voluntárias;
- c) aposentadoria compulsória;

II - Quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte;

Parágrafo Único. Aos segurados e dependentes é assegurado o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, na forma do disposto nesta Lei.

NOVAS REGRAS PERMANENTES PARA SERVIDORES EM GERAL

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA Idade + Tempo de Contribuição



62 anos de idade
25 anos de tempo de contribuição
10 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo em que for
concedida a aposentadoria



65 anos de idade
25 anos de tempo de contribuição
10 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo em que for
concedida a aposentadoria

NOVAS REGRAS PERMANENTES PARA PROFESSORES

APOSENTADORIA ESPECIAL Idade + Tempo de Contribuição



57 anos de idade
25 anos de tempo de contribuição
10 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo em que for
concedida a aposentadoria



60 anos de idade
25 anos de tempo de contribuição
10 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo em que for
concedida a aposentadoria

REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA SERVIDORES EM GERAL

Sistema de pontos - parâmetro 2022
Soma Idade + Tempo de Contribuição



57 anos de idade
30 anos de tempo de contribuição
20 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo
Soma de 89 pontos



62 anos de idade
35 anos de tempo de contribuição
20 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo
Soma de 99 pontos



REGRA DE TRANSIÇÃO POR PONTOS

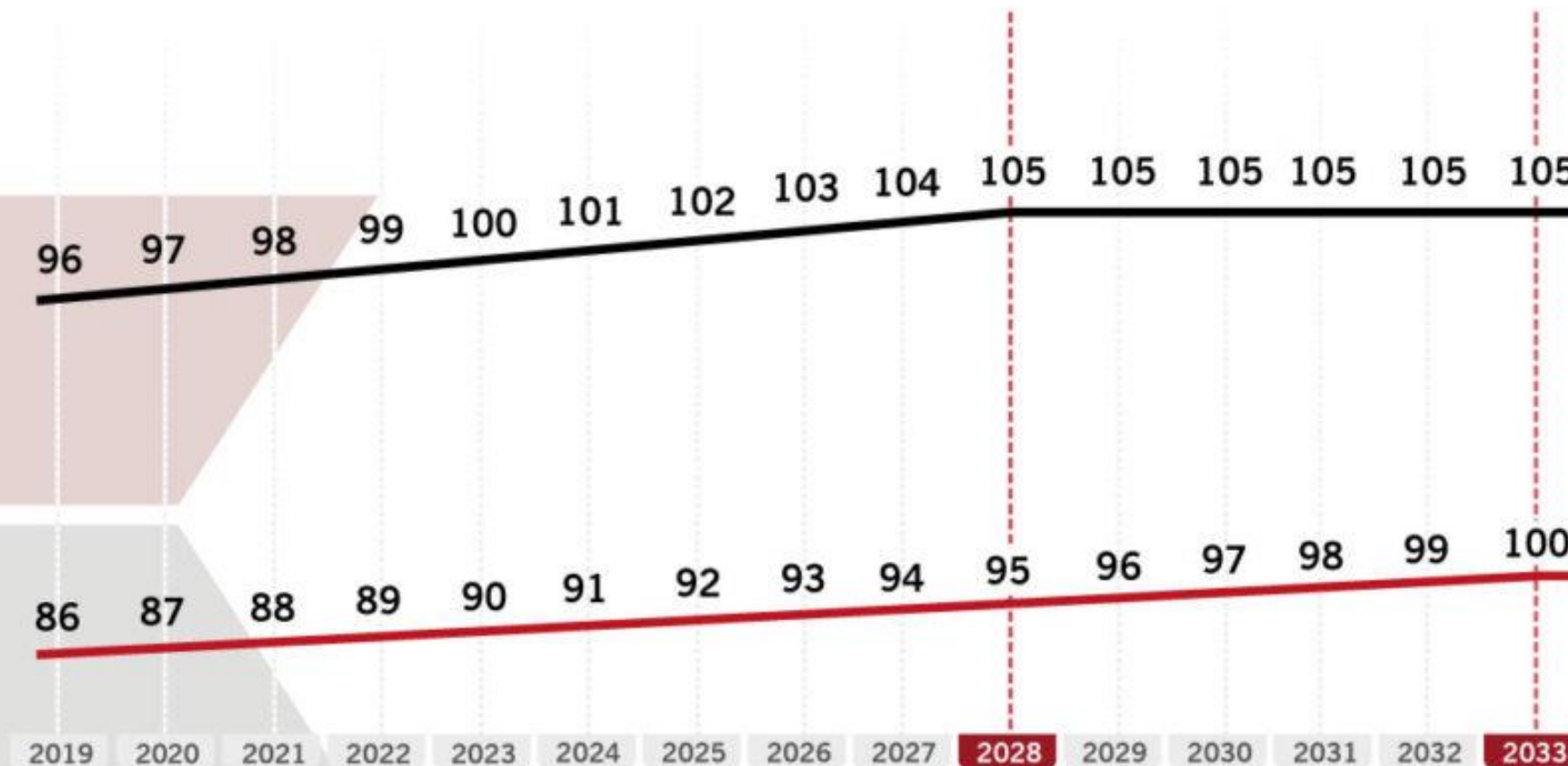
IDADE + TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO



HOMENS



MULHERES



Fonte: <https://www.carboneraetomazini.com.br/blog/reforma-da-previdencia-2019-o-guia-definitivo/>

REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA PROFESSORES

Sistema de pontos - parâmetro 2022
Soma Idade + Tempo de Contribuição



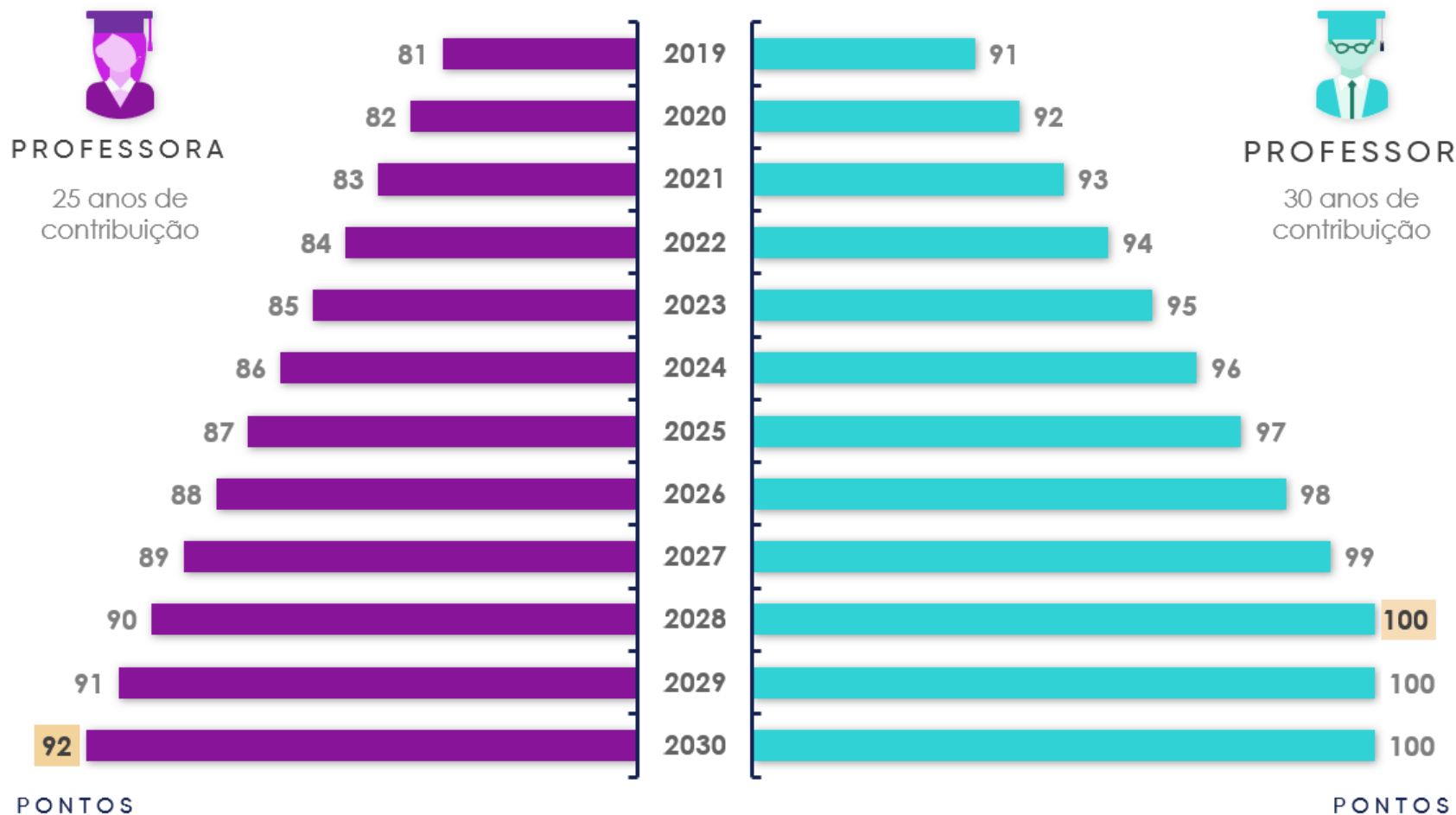
52 anos de idade
25 anos de tempo de contribuição
20 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo
Soma de 84 pontos



57 anos de idade
30 anos de tempo de contribuição
20 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo
Soma de 94 pontos

TRANSIÇÃO DOS PONTOS - PROFESSORES

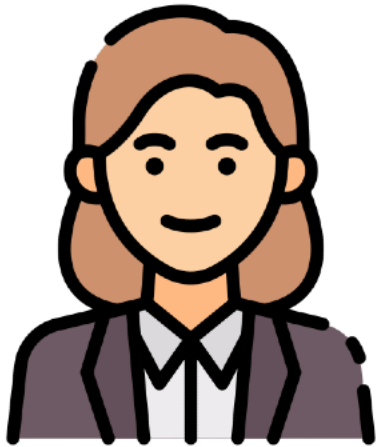
art. 15, §3º, da EC 103/2019



Fonte: <https://calculojuridico.com.br/dicas-para-advogados-na-reforma-da-previdencia-pec06-2019/>

REGRAS DE TRANSIÇÃO PEDÁGIO 100%

SERVIDORES EM GERAL



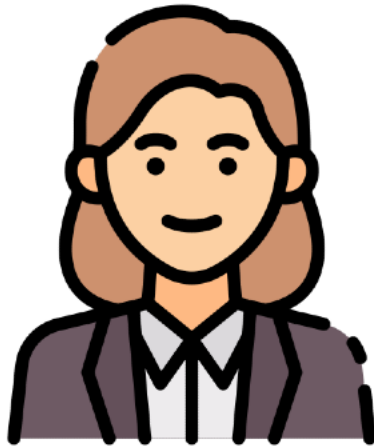
57 anos de idade
30 anos de tempo de contribuição
20 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo
Tempo adicional igual ao tempo
que faltaria para se aposentar na
data que a nova lei passar a valer.



60 anos de idade
35 anos de tempo de contribuição
20 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo
Tempo adicional igual ao tempo
que faltaria para se aposentar na
data que a nova lei passar a valer.

REGRAS DE TRANSIÇÃO PEDÁGIO 100%

PROFESSORES



52 anos de idade
25 anos de tempo de contribuição
20 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo
Tempo adicional igual ao tempo
que faltaria para se aposentar na
data que a nova lei passar a valer.



55 anos de idade
30 anos de tempo de contribuição
20 anos de efetivo exercício
no serviço público
5 anos no cargo efetivo
Tempo adicional igual ao tempo
que faltaria para se aposentar na
data que a nova lei passar a valer.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO

QUEM ENTROU ATÉ 2003

Totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria (último salário), observados os requisitos de idade e tempo de contribuição.

QUEM ENTROU DE 2004 EM DIANTE

Primeiro, busca-se a média aritmética de 100% dos salários de contribuição. De início, o servidor tem direito a 60% dessa média, além de acréscimo de 2% (p.p.) a cada ano que superar 20 anos de contribuição.

REGRA PENSÃO POR MORTE

**COTA FAMILIAR DE 50% +
10% POR DEPENDENTE, ATÉ 100%**



Cálculo incidente sobre:

I – se o segurado for aposentado antes do óbito, sobre seus proventos;

II – se o segurado estiver em atividade, sobre o valor que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito;

Se o dependente não possui outra fonte de renda formal, o benefício de pensão por morte não poderá ser inferior a um salário mínimo.

Limites de tempo de benefício conforme idade do pensionista

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data do óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos, após o início do casamento ou da união estável:

1. 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
2. 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
3. 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
4. 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
5. 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade; e
6. vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

ANTES

Contribuição de 14% para o IPMM sobre o valor que supera o teto do INSS (R\$ 6.433,57)

DEPOIS

Contribuição de 14% para o IPMM sobre o valor que supera 2 salários mínimos (R\$ 2.200)

Redução do Imposto de Renda, devido à dedução da contribuição previdenciária da base do IR

O futuro dos RPPSs

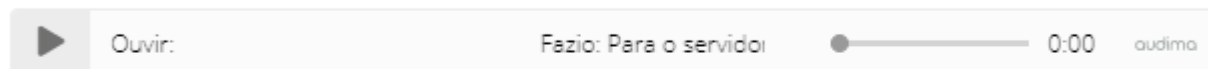
OPINIÃO

Para o servidor público, a vinculação ao RPPS continua vantajosa?

16 de agosto de 2021, 7h12

 [Imprimir](#)  [Enviar](#)   

[Por Luciano Fazio](#)



<https://www.conjur.com.br/2021-ago-16/fazio-servidor-vinculacao-rpps-continua-vantajosa>

É comum escutar afirmações de que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) proporcionariam aos servidores civis de cargo efetivo inequívocas vantagens em relação ao Regime Geral (RGPS), conhecido como a previdência do INSS. Em particular, os principais ganhos seriam a integralidade (a regra pela qual o *valor inicial da aposentadoria é igual à última remuneração do servidor em atividade*) e a paridade (a regra de reajuste e adequação das aposentadorias e pensões por morte, nas datas e nas formas da alteração da remuneração dos servidores ativos).

Lei de Responsabilidade Previdenciária

Notícias

20/08/2021

Compartilhe esta notícia:



5ª Reunião Ordinária do CNRPPS aborda temas relacionados à compensação previdenciária entre os RPPS

RPPS

A 5ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2021, abordou temas relacionados com a compensação previdenciária entre os RPPS e a Lei de Responsabilidade Previdenciária (LRP), que substituirá a Lei 9.717/98, que regulamenta a organização e funcionamento dos RPPS.

Foi apresentado pela Secretaria de Previdência, do governo federal, o estágio atual da implantação do sistema que será disponibilizado pela Dataprev para os Entes federativos efetuarem a compensação previdenciária entre regimes próprios, o qual entrou em funcionamento neste mês. A equipe da Dataprev comentou sobre os procedimentos para

assinatura do termo de adesão ao comprev RPPS e da assinatura do contrato de acesso ao sistema informatizado. O acesso ao sistema será sem custos para o Ente federativo até dezembro de 2021, passando a ser cobrado a partir de janeiro de 2022.

Em relação à LRP, o subsecretário dos RPPS, Alex Albert, fez um resumo da minuta da nova lei complementar, prevista da Emenda Constitucional 103/2019, que regulamentará a organização e o funcionamento dos RPPS. Destacou que a minuta foi bastante discutida no âmbito do Conaprev e do CNRPPS e que necessitaria apenas de ajustes finais.

Fale conosco

- ▶ Facebook: www.facebook.com/mafraipmm
- ▶ Instagram: www.instagram.com/mafraipmm
- ▶ Site: www.ipmm.sc.gov.br
- ▶ E-mail: contato@ipmm.sc.gov.br
- ▶ Telefones/WhatsApp: 47 3642-5834 e 47 3642-7200